



116

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332670-5

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO: EDILSON EUZÉBIO DA SILVA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA: SEVERINA LÚCIA DE ASSIS

JUÍZO DE ORIGEM: 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE/PE

PROCESSO DE ORIGEM: 0001074-34.2006.8.17.0001

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECEBIMENTO DE QUEIXA. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 520, DO CPP. AUDIÊNCIA QUE CONSISTE EM CONDIÇÃO DE PROCESSABILIDADE DA QUEIXA. NULIDADE DO DESPACHO. CRIME DE INJÚRIA QUALIFICADA. DELITO QUE NÃO SE CONFUNDE COM O DE RACISMO. PRESCRITIBILIDADE EM 08 ANOS.

1. Anulado o despacho que recebeu a queixa-crime por inobservância do procedimento previsto no art. 520, do CPP, impera a anulação do comando judicial por implicar em claro prejuízo ao Querelado.

2. O crime de injúria qualificado por emprego de elementos de raça, cor, etnia ou religião não se confunde com aqueles previstos na Lei nº 7.716/1989.

3. Crime prescritível.

4. Recurso improvido, mantendo-se a extinção da punibilidade pela prescrição.

5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *Recurso em Sentido Estrito* de n.º **0332670-5** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / /2014, **por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença de piso que extinguiu a punibilidade do agente**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



117

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332670-5****RECORRENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RECORRIDO:** EDILSON EUZÉBIO DA SILVA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**PROCURADORA:** SEVERINA LÚCIA DE ASSIS**JUÍZO DE ORIGEM:** 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE/PE**PROCESSO DE ORIGEM:** 0001074-34.2006.8.17.0001**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra a decisão prolatada pelo MM Juiz da 7ª Vara Criminal da Comarca do Recife (fls. 75) que revogou o recebimento da queixa-crime por entender que o crime previsto no art. 140, § 3º do Código Penal é de ação pública condicionada à representação, declarando extinta a punibilidade pela prescrição, em virtude de ter transcorrido lapso temporal superior a 08 anos, desde a data do fato.

Sustenta o Recorrente às fls. 81/82 que a ação penal do crime de injúria racial passou a ser procedida mediante representação em razão da Lei nº 12.033/2009, que alterou o art. 145 do CPC e que o fato narrado na queixa-crime ocorrera em 25/05/2005, ou seja, antes da entrada em vigor da referida legislação.

Alega que, por se tratar de lei processual, não pode esta retroagir para beneficiar o réu, não podendo, portanto, ter sido revogada a decisão que recebera a queixa-crime, nem consequentemente ter sido declarada a extinção de punibilidade em face da prescrição.

Contrarrazões às fls. 89/91, opinando pela manutenção da sentença.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 104/107, opinando pelo provimento parcial do recurso para anular a decisão que declarou a prescrição da punição punitiva *in abstracto* e revogar o despacho de





118

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

recebimento da queixa-crime para que seja observado o disposto no art. 520 e seguintes do CPC.

É o relatório.

Recife, 16 de Junho de 2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



119

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332670-5****RECORRENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RECORRIDO:** EDILSON EUZÉBIO DA SILVA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**PROCURADORA:** SEVERINA LÚCIA DE ASSIS**JUÍZO DE ORIGEM:** 7ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE/PE**PROCESSO DE ORIGEM:** 0001074-34.2006.8.17.0001**VOTO**

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco em face da sentença que, anulando o despacho de recebimento da queixa, decretou a extinção da punibilidade do querelado em razão da prescrição.

Segundo narra a queixa-crime, no dia 25 de maio de 2005, entre as 11hs e 12hs, o Sr. Edílson Euzébio da Silva, filho da vítima, ligou para um orelhão próximo da casa da querelante. Aduz que o telefone fora atendido por Polyana, vizinha da querelante, ocasião em que o querelado pediu para chamar sua genitora, assim se referindo: "*chame aquela boca de ceça, boca de bagre, boca de caçapa, aquela macaca*", além de proferir palavras injuriosas diretamente à vítima quando atendeu o telefone.

O feito tomou regular prosseguimento, tendo o Ministério Público exarado o parecer de fls. 05, ora transcrito:

Da análise dos autos extrai-se que o crime objeto do Termo Circunstanciado de Ocorrência em epígrafe constitui crime de injúria qualificada, previsto no art. 140, §3º do Código Penal.

Sendo este o entendimento desta Representante em atuação na Central de Inquéritos, remetemos os autos para que seja distribuída a queixa-crime em anexo, devendo ser dada vista ao Promotor de Justiça oficiante na Vara para fins do disposto no art. 45 do CPP.



120

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Às fls. 30, o Juízo *a quo*, acolhendo o parecer, abriu vista dos autos ao Representante Ministerial atuante junto aquela Vara. Às fls. 30-v, o *Parquet* lançou quota marginal nos seguintes termos: "*Ciente. Pelo prosseguimento do feito*".

Em seguida, o Juízo determinou o recolhimento das custas processuais, considerando se tratar de ação penal privada.

O aludido comando, porém, nunca foi integralmente cumprido, tampouco atacado pela querelante, deixando-se de recolher as custas processuais.

Às fls. 50, o Ministério Público requereu o recebimento da inicial, devendo-se antes, contudo, observar as prescrições dos arts. 519 e seguintes do CPP.

O Juízo, às fls. 54, sem atentar para o despacho que determinou o recolhimento das custas, bem assim, **desobedecendo a determinação do art. 520, do CPP, recebeu a queixa**, dando prosseguimento do feito.

Neste sentido, deve-se observar que **a audiência prévia de tentativa de conciliação é condição de procedibilidade da ação, não podendo o Juízo receber a queixa sem antes realizar a audiência do art. 520, do CPP.**

Em face disso, o despacho de fls. 54, deve ser anulado.

De fato, o recebimento da queixa, antes da audiência, afasta do querelado a oportunidade de transigir ou se retratar junto ao querelante e, a este último, é cerceado o direito de conceder o perdão.

A condução do feito, na forma realizada, trouxe inegáveis prejuízos a ambas as partes, razão pela qual é de se ter como **nula** a decisão que recebeu a queixa.

A jurisprudência, neste sentido, tem assim se manifestado:



121

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

HABEAS CORPUS. QUEIXA-CRIME. CALÚNIA. INJÚRIA E DIFAMAÇÃO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO PROCESSUAL NAO ESTABELECIDA. ACUSATÓRIA AINDA NAO RECEBIDA. AUTOS AGUARDANDO A RELIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PREVISTA NO ART. 520 DO CPP. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE PARA O RECEBIMENTO DA QUEIXA. ORDEM DENEGADA. 1. O

habeas corpus para trancamento da ação penal é medida excepcional, somente cabível quando há atipicidade manifesta do fato ou da presença de qualquer causa extintiva de punibilidade, quando a ação penal for despida de justa causa, ou quando existirem elementos que demonstrem cabalmente a inexistência de autoria e materialidade do delito. 2. In casu, não existe sequer relação processual estabelecida, tendo em vista que a ação penal tem início com o recebimento da acusatória, e, conforme informações da autoridade impetrada (104/105), a queixa crime ainda não foi recebida, somente fora designada audiência preliminar de que trata o art. 520 do CPP. Aliás, a referida audiência é condição de procedibilidade para o recebimento da queixa nos crimes contra a honra.

Dessa forma, não há que se falar em trancamento de uma ação penal que sequer teve início. 3. Ordem denegada. (TJ-PI - HC: 201200010005681 PI, Relator: Des. Erivan José da Silva Lopes, Data de Julgamento: 20/03/2012, 2a. Câmara Especializada Criminal, destaques acrescentados).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. INJÚRIA. QUEIXA-CRIME. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. RETIFICAÇÃO PELO JUIZ. INTIMAÇÃO DA QUERELANTE PARA INFORMAR SOBRE O INTERESSE EM ACORDO. PRAZO TRANSCORRIDO IN ALBIS. PEREMPÇÃO. RECURSO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PEREMPÇÃO. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO ORIGINALMENTE ANTERIOR AO RECEBIMENTO DA QUEIXA. NECESSIDADE DE DESIGNAÇÃO. COMPARECIMENTO PRESCINDÍVEL DA QUERELANTE, DIANTE DE DESINTERESSE EM PROCEDER À CONCILIAÇÃO. ATOS NÃO INSTRUTÓRIOS. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA QUERELANTE E DO CAUSÍDICO ANTES DA DECRETAÇÃO DA PEREMPÇÃO. ANULAÇÃO DA DECISÃO QUE ABSOLVEU SUMARIAMENTE O RÉU. NÃO OCORRÊNCIA DA PEREMPÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. APESAR DE A DESIGNAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO SER



122

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

OBRIGATÓRIA, CONFORME ARTIGO 520 DO CÓDIGO DE PROCESSOPENAL, O NÃO COMPARECIMENTO À ESTA NÃO CONDUZ À OCORRÊNCIA DA PEREMPÇÃO, APENAS DEMONSTRA O DESINTERESSE DA P ARTE FALTANTE EM TRANSIGIR. 2. RELEVANTE REGISTRAR QUE A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NÃO É ATO DO PROCESSO, PORQUANTO O ANTECEDE, SENDO INAPLICÁVEL O INSTITUTO DA PEREMPÇÃO, QUE PODE APENAS OCORRER DEPOIS DO RECEBIMENTO DA QUEIXA COM A RELAÇÃO PROCESSUAL JÁ FORMADA. 3. CABE ACRESCENTAR QUE ANTES DA DECRETAÇÃO DA PEREMPÇÃO, COM BASE NO INCISO I, DO ARTIGO 60, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, A QUERELANTE E SEU CAUSÍDICO DEVERIAM TER SIDO INTIMADOS, O QUE NÃO OCORREU NO CASO EM COMENTO, SENDO RELEVANTE RELEMBRAR QUE A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, NO CASO, DEVERIA SER PESSOAL, POIS SE TRATA DE DEFENSORIA PÚBLICA. 4. RECURSO PROVIDO. (TJ-DF - RSE: 62598420108070003 DF 0006259-84.2010.807.0003, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 13/05/2010, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 26/05/2010, DJ-e Pág. 190, destaques acrescidos).

HABEAS CORPUS. PENAL. CALÚNIA. LEGITIMIDADE CONCORRENTE. OFENDIDO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. PROPTER OFFICIUM. Em se tratando de crime contra a honra praticado contra funcionário público propter officium, admite-se a legitimidade concorrente tanto do ofendido para promover ação penal privada (ex vi art. 5º, X, da lex Maxima), como do Ministério Público para oferecimento de ação penal pública condicionada à representação. Precedentes do Pretório Excelso e desta Corte. Se a matéria trazida na impetração não foi objeto de debate no Tribunal de origem, não se conhece da ordem para não incorrer na indevida supressão de instância. **Consubstancia-se o constrangimento ilegal, o ato do Tribunal de receber a queixa-crime, sem antes permitir a realização da audiência de reconciliação, prevista no art. 520 do Código de Processo Penal.**"Ordem conhecida em parte e, nessa parte, concedida para que o juízo singular processante siga a orientação do art. 520 do CPP, antes do recebimento da queixa. (STJ - HC: 24149 MG 2002/0106392-5, Relator: Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Data de Julgamento: 21/10/2003, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 24.11.2003 p. 333, destaques acrescidos).



123

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

EM SENTIDO ESTRITO. CRIMES CONTRA HONRA. DECISÃO QUE REJEITOU LIMINARMENTE QUEIXA-CRIME POR FALTA DE JUSTA CAUSA. **NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE RECONCILIAÇÃO. ART. 520 DO CPP. NULIDADE.** RECURSO PROVIDO. **"Nos crimes contra a honra, ação penal exclusivamente privada, antes do juiz deferir ou rejeitar a queixa, é necessário que determine a realização da audiência de reconciliação do art. 520 do Código de Processo Penal, a fim de abrir oportunidade às partes se congraçarem.** Em tais casos, a análise da justa causa somente deve se proceder após a audiência." (TJ-PR - RC: 1284435 PR Recurso Crime Ex Off e em Sent Estrito - 0128443-5, Relator: Airvaldo Stela Alves, Data de Julgamento: 18/11/1999, Quarta Câmara Criminal (extinto TA), Data de Publicação: 03/12/1999 DJ: 5524, destaques acrescidos).

Ressalte-se ainda que é possível o saneamento do vício, contando que o Juiz, até a prolação da sentença, realize audiência de conciliação, providência esta não tomada nos presentes autos.

Não se verifica ainda na exordial, qualquer indicação da Querelante no desinteresse em congraçar com o Querelado.

Desse modo, neste ponto, seguindo o entendimento da Procuradoria de Justiça, tenho por **anular o despacho que recebeu a queixa crime e, conseqüentemente, afastar todos os efeitos dele decorrentes.**

Vale ressaltar ser inaplicável a alteração promovida pela Lei nº 12.033/2009, que transformou a ação da injúria qualificada em pública condicionada à representação.

Isto porque, apesar de se tratar de norma processual, esta tem notadamente efeitos materiais. A ação penal privada possibilita a transação prévia entre as partes, além do direito do querelante em se retratar da queixa. Além disso, afasta a possibilidade de decadência, circunstâncias estas que não ocorrem com a ação penal pública.





124

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Desta forma, por se tratar de *reformatio in pejus*, tem-se que a regra insculpida na Lei nº 12.033/2009, é irretroativa.

Afastado o recebimento da queixa e dos seus efeitos, mormente o de interromper a prescrição, necessário se faz analisar acerca da prescritibilidade ou não do crime de injúria racial, previsto no art. 140, §3º, do Código Penal.

A injúria racial está tipificada no artigo 140, § 3º do Código Penal Brasileiro e consiste **em ofender a honra de alguém** com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. **Trata-se de conduta dirigida a uma vítima específica, com dolo de ofender determinada pessoa.**

Já o crime de racismo, previsto na Lei 7.716/89, **implica em conduta discriminatória dirigida a um determinado grupo ou coletividade.** Além do mais o racismo consiste em conduta segregatória, por meio da qual o agente nega a determinado grupo racial, de cor, etnia, religião ou procedência nacional, direitos a todos garantidos.

No caso dos autos, notadamente, as palavras injuriosas visam ofender a honra individual da vítima, não impondo à raça ou sua generalidade qualquer medida segregatória.

A doutrina e a jurisprudência são pacíficas ao entender que o tipo penal previsto no art. 140, §3º, do CP, não possui qualquer identidade com aqueles previstos na Lei nº 7.716/89, possuindo bens jurídicos diversos.

Ipsa facto, o crime do art. 140, visa proteger a honra das pessoas, enquanto que os crimes da Lei nº 7.716/89 têm como bem jurídico a proteção de direitos a todos os grupos, raças, cores, etnias e religiões.

Nesta linha de raciocínio, GRECO (2014, p. 405), assim se posicionou:



125

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Não se confunde injúria racial ou preconceituosa (art. 140, §3º do Código Penal) com os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça e cor, definidos e punidos pela Lei nº 7.716/1989: enquanto aquela é a ofensa à honra subjetiva relacionada com a raça ou a cor, a nota distintiva dos crimes de racismo consta da prática de atos de segregação, que visam a impedir ou obstar a alguém, por amor dos acidentes de sua cor ou etnia, o acesso aos bens da vida, ou o livre exercício de seus direitos (TJSP, RESE 10839283500, 5ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Des. Carlos Biasotti, reg. 20/12/2007). O crime do art. 20 da Lei nº 7.716/1989, na modalidade de praticar ou incitar a discriminação ou preconceito de procedência nacional, não se confunde com o crime de injúria preconceituosa (art. 140, §3º, do CP). Este tutela a honra subjetiva da pessoa. Aquele, por sua vez, é um sentimento em relação a toda uma coletividade em razão de sua origem (nacionalidade) (STJ, RHC 19166/RJ, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª T., DJ 20/11/2006, p. 342). (GRECCO, Rogério. Código Penal: comentado. 8 ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 405, destaques acrescidos).

Considerado mais grave pelo legislador, o crime de racismo é imprescritível e inafiançável, que se procede mediante ação penal pública incondicionada, cabendo também ao Ministério Público a legitimidade para processar o ofensor.

Assim, **não merece acolhimento a tese lançada pela Douta Procuradoria de Justiça, no sentido de sustentar que o crime de injúria seria imprescritível por força do art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, assim redigido: "A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei".**

Entendo equivocada a tese da imprescritibilidade da injúria qualificada, pois, conforme acima delineado, esta possui conceito diverso de racismo, não se podendo fazer uma interpretação extensiva do art. 5º da Carta Política para abranger um mandado constitucional de criminalização.



126

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Isto porque os Direitos e Garantias Individuais limitam o poder punitivo estatal, consistindo em garantias negativas ao cidadão. Assim, a extensão realizada pelo Ministério Público afronta a lógica das garantias concedidas, já que se estaria utilizando uma garantia fundamental **contra** o cidadão, **ampliando o poder do Estado**.

O Supremo Tribunal Federal, posicionando-se pela prescritibilidade do crime de injúria qualificada, já decidiu:

HABEAS CORPUS. CRIME DE INJÚRIA QUALIFICADA POR RACISMO. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. CÔMPUTO DA PENA EM ABSTRATO COM CAUSA DE ACRÉSCIMO PARA CONCESSÃO DE SURSIS. INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO E PENA MÍNIMA PARA CONCESSÃO DE SURSIS. ORDEM INDEFERIDA. O réu responde aos fatos que lhe são imputados, não à eventual capitulação destes. Não-acolhimento do parecer da Procuradoria-Geral da República, a qual, omitindo-se acerca do conteúdo racial da injúria explicitamente apontado na queixa-crime, opina pelo reconhecimento da prescrição. **Na espécie a, a queixa-crime abrange o crime de injúria qualificada por racismo (art. 140, §3º, do Código Penal). Prazo prescricional de oito anos.** As causas de acréscimo devem ser consideradas em adição à pena em abstrato, para efeito de concessão de suspensão condicional do processo. Precedentes. A Lei dos Juizados Especiais Federais, ao estipular que são infrações de menor potencial ofensivo aquelas cuja pena máxima não seja superior a dois anos, não produziu o efeito de ampliar o limite, de um para dois anos, para o fim da suspensão condicional do processo. Ordem de habeas corpus indeferida. (STF. HC 86452/RS. Relator: Min. Joaquim Barbosa. Órgão Julgador: Segunda Turma. Julgamento: 07/02/2006, Publicado no DJ em 03/03/2006, destaques acrescentados).

Há, dessa maneira, que se entender pela prescritibilidade do crime previsto no crime de injúria qualificada pelo racismo e, em sendo a pena máxima em abstrato de reclusão de 03 (três) anos, conclui-se que a prescrição da pretensão punitiva é de 08 (oito) anos.



127

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Considerando, assim, que o fato ocorreu em 25/05/2005 e que não houve qualquer marco interruptivo da prescrição, já que é nulo o despacho que indevidamente recebeu a queixa, verifica-se que o crime restou prescrito em 25/05/2013, devendo-se operar a extinção da punibilidade, com base no art. 107, do CP.

Pelo acima exposto, **dissentindo do entendimento da Procuradoria de Justiça quanto à prescrição do crime de injúria qualificada**, voto pelo **improvemento do recurso**, mantendo *in totum* a sentença vergastada que extinguiu a punibilidade do agente pela prescrição punitiva.

É como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator